

Editorial

Com este número da Revista Portuguesa de Educação fecha-se um biénio, marcado que foi pelo cumprimento dos objectivos que a Direcção se impôs quando assumiu, pela primeira vez, as suas funções. Diziam esses objectivos respeito ao reforço do projecto com a qualidade científica e editorial que a Revista tinha já conquistado. Assim, por um lado, puseram-se em prática modos mais ágeis de relacionamento com autores e avaliadores, cujo número, em ambos os casos, se viu alargado, sem que isso tenha significado um abrandamento dos critérios de rigor que a Revista se impõe; por outro lado, deram-se passos definitivos na resposta às exigências que hoje se colocam às revistas científicas com vista à sua seriação e reconhecimento. Por isto, a partir de agora, os artigos passam a ser publicados com duas novas características: a indicação de palavras-chave em três idiomas e a informação relativa à data de recepção e de aceitação para publicação. Correlativamente a estas mudanças, em muito geradas pelas imposições das agências reguladoras da produção científica, verificou-se, durante este período, um aumento das propostas para publicação e um interessante alargamento das nacionalidades de origem. São cada vez mais, por exemplo, os textos propostos por investigadores espanhóis. Este movimento não estará desligado, também, dos processos de regulação da produção académica com efeitos nas respectivas carreiras profissionais. Por tudo isto, a Revista Portuguesa de Educação vê a sua responsabilidade acrescida, também face aos Autores que a procuram. Neste sentido devem ser vistas as mudanças até agora introduzidas. Acreditamos que estas são condições de possibilidade para um equitativo diálogo global entre investigadores, no qual a Educação nem sempre tem sido acolhida.

Apesar da diversidade de vozes, os textos que integram este número são atravessados por um discurso comum: o da possibilidade. Com efeito, o texto de Abílio Amiguinho, pela análise de projectos de intervenção sócio-educativa em meios rurais, discute e mostra o papel que a escola pode assumir enquanto parceiro nos processos de desenvolvimento local. Relevam-se, da discussão, algumas facetas desse processo, designadamente, a do contributo que a participação da escola pode ter na

inflexão da “periferização dos espaços rurais” e da sua própria e, no âmbito da discussão da administração do sistema educativo e dos territórios, a possibilidade de “alternativas à administração centralizada, planificada e hierarquizada do Estado”, capazes de serem um garante de “condições e meios para a manifestação das especificidades” de cada contexto.

O texto de Dagmar Zibas, Celso Ferretti e Gisela Tartuce toma como objecto os processos de apropriação da reforma do Ensino Médio no Brasil, especificamente no que ao protagonismo de pais e alunos aquela diz respeito. Com base num estudo qualitativo, os investigadores constatarem como, de forma paradoxal, o discurso de “flexibilização” curricular, por exemplo, colide com as existentes estruturas verticais e burocratizadas vigentes na escola.

De um processo de “apropriação” em cenários de mudança trata também o texto de Leonor Torres. A autora apresenta um estudo centrado numa escola secundária portuguesa que serviu para analisar como se foi construindo e reconstruindo a *gestão democrática* durante o período de 1974 a 2000. A discussão põe em evidência os modos como, num processo caracterizado por continuidades e rupturas, a escola foi preservando alguma identidade e como “o peso dos sedimentos culturais na dinâmica quotidiana” pode contribuir para “algum imobilismo”, com todas as suas consequências nas aspirações emancipatórias dos actores envolvidos.

Virgílio Rego da Silva e Vânia Betina Coutinho apresentam, no quarto texto, um dispositivo construído para uma auto-avaliação de natureza investigativa dos Projectos Curriculares de Turma de uma Escola Básica do 2º e 3º Ciclos. A partir dos dados recolhidos por meio de instrumentos organizados à volta de critérios relativos à sua coerência interna e externa, os Autores dão conta de configurações mais próximas de “projectos de estado” do que de “projectos de acção”. Defendem, a terminar, a necessidade de uma maior atenção à articulação entre estes projectos e documentos mais gerais a fim de que a transformação da escola possa ser uma realidade.

Ana Maria Morais e Isabel Pestana Neves centram-se nos processos de desenvolvimento profissional dos professores envolvidos em programas de formação contínua, por recurso a instrumentos de análise gerados no seio da teoria do discurso pedagógico de Basil Bernstein. Concretamente, recorre-se ao conceito de “orientação específica de codificação”, operacionalizado segundo diferentes regras de reconhecimento e de realização, para

caracterizar e explicar, entre outros, aspectos relativos às dificuldades do professor na implementação de práticas pedagógicas potenciadoras de sucesso.

Aracy Martins, pelo seu lado, põe em evidência as potencialidades de um método de identificação e conseqüente conscientização de concepções de linguagem e dos processos sociais (entre eles os escolares) de formação de leitores e “escritores”. Por recurso aos seus textos de memórias, futuros professores de Português em formação são confrontados não só com os “ideários” de uma época, como com as práticas pedagógicas que os construíram enquanto sujeitos letrados. Para além da natureza histórica e socialmente construída da literacia que, assim, é internalizada, estes futuros mediadores de práticas de literacia, a par dos seus formadores, podem, de forma mais crítica, responder à pergunta tantas vezes e em tantos contextos formulada sobre os tipos de leitores que a escola está a formar.

Tematizando a exclusão escolar e alguns dos processos que a ela podem conduzir, Wagner Silva discute as possibilidades inclusivas de um trabalho pedagógico na aula de Língua Portuguesa, sustentado em Vigotski e em Bakhtin. Na medida em que se envolvem os alunos em práticas significativas e orientadas por uma aprendizagem explícita das regras de funcionamento dos discursos, a proposta, que exige uma forte preparação por parte do professor, surge como capaz de contrariar o fracasso dos alunos na “vida”.

Para além das habituais secções relativas à divulgação da investigação em curso no Centro de Investigação em Educação e a notícias de eventos organizados pelos investigadores do CIEEd ou em que estes tiveram intervenção, este número, por se tratar do último do biénio, publica os nomes dos avaliadores que conosco colaboraram através da emissão de pareceres e sem os quais não nos seria possível dar corpo ao projecto que temos em mãos. A todos, a Direcção da Revista quer exprimir, aqui, os seus mais reconhecidos agradecimentos.

Maria de Lourdes Dionísio